

O ORÇAMENTO DO ESTADO 2019 – COMO SE ENQUADRA NUMA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO A MÉDIO PRAZO



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE



Finanças Públicas – aspetos estruturais no OE 2019 e sua evolução

Joaquim Miranda Sarmiento

Professor de Finanças do ISEG

Porta-voz do PSD para a área das Finanças

<https://sites.google.com/view/joaquim-miranda-sarmiento/home>

Lisboa, 18 de novembro de 2017

Aspetos positivos do OE/2019:

- ❑ Cenário Macro otimista no crescimento (apesar da forte vigilância orçamental: CE, CFP, FMI, Mercados, etc. – Críticas fortes do CFP)
- ❑ Poucas mexidas na parte fiscal
- ❑ Redução da dívida pública (embora abaixo daquilo que seria desejável)
- ❑ Conversão da extrema-esquerda à realidade e ao “conservadorismo orçamental”?

Aspetos negativos do OE/2019:

- ❑ Consolidação orçamental estrutural continua adiada
- ❑ 2019 é o ano com menos consolidação nominal
(0.4 p.p.)
- ❑ Redução do défice de 0.4 p.p.:
 - Menos despesa com juros (0.2) e
 - aumento dividendos (0.2)

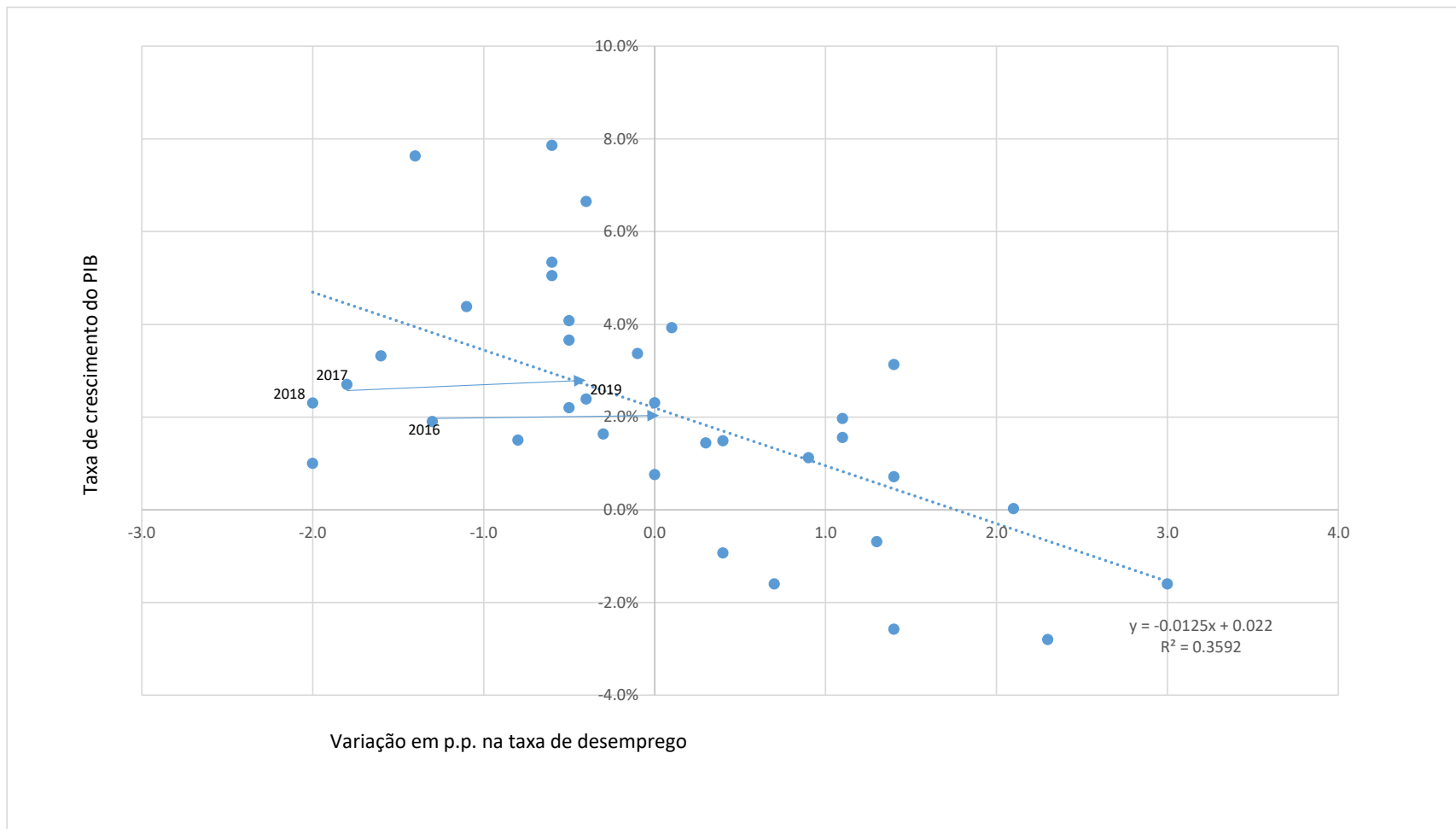
Aspetos negativos do OE/2019:

- ❑ Oportunidade de “margem” dada pelo crescimento, redução dos juros e dividendos do BdP/CGD desperdiçada
- ❑ Não há reformas nem medidas que melhorem a competitividade da Economia e a melhoria eficiência dos serviços e recursos públicos
- ❑ Reposição de rendimentos não trouxe mais poupança das famílias (pelo contrário, poupança em mínimos históricos)

Aspetos negativos do OE/2019:

- ❑ Crescimento real de 2018: 2.3% (3.7% nominal)
- ❑ Crescimento real de 2019: 2.2% (3.6% nominal)
- ❑ PIB passa de 199 bis em 2018 para 207 bis em 2019.
- ❑ Exercício: Mantendo a receita, a despesa total em % PIB e o défice nos valores de 2017, isso representa mais 3 bis de receita e mais 3 bis de despesa.
- ❑ OE de navegação à vista

Efeito da redução do desemprego está a terminar



A economia Portuguesa está presa por 4 “grandes arames”:

Primeiro, a política monetária expansionista do BCE;

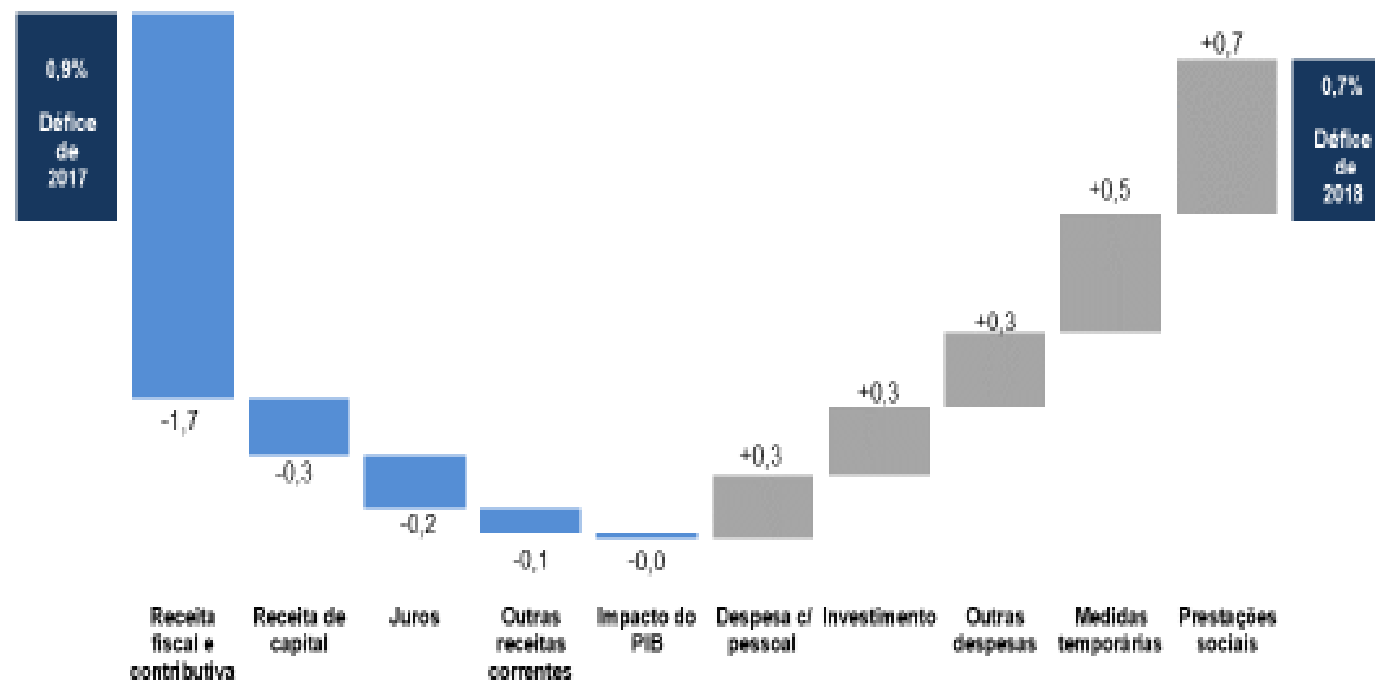
Segundo, um crescimento moderado das economias Europeias;

Terceiro, o preço do petróleo (apesar da subida em 2018, ainda abaixo dos 100 dolares/barril);

Quarto, um efeito de crescimento do turismo e imobiliário (embora outros setores estejam também a crescer, o turismo sustenta parte considerável do crescimento).

Gráfico III.1.2. Passagem do défice das AP de 2017 para 2018

(contributos em p.p. do PIB de 2017)



Nota: um ajustamento negativo (positivo) melhora (agrava) o défice.

Fontes: INE, Procedimentos dos Défices Excessivos de 21 de setembro de 2018 e Ministério das Finanças.

OE's são feitos para agradar à esquerda, mas executados para Bruxelas

	2016	2017	2018
Rúbrica			
Receita fiscal	-238	1,027	1265
Receita contributiva	-23	-391	243
Despesa juros	-87	14	270
Despesa bens e serviços	-3218	-232	-689
Despesa capital	-2556	-1149	-1216
Despesa total	-2953	-2254	-2206

Em Contabilidade Pública

	2016	2017	2018
Rúbrica			
Receita fiscal	-564	962	1320
Receita contributiva	-301	189	390
Despesa juros	-689	-728	-158
Despesa Consumo intermédios	-1208	92	-456
Despesa Prestações Sociais	230	442	-64
Despesa capital	-910	-456	729
Despesa total	-2783	-911	-125

Em Contabilidade Nacional

Em % PIB aparenta ser um OE de contenção da despesa

	2018	2019
Receita fiscal e contributiva	37.1	36.9
Receita total	43.2	43.3
Despesa com pessoal	10.8	10.8
Consumos intermédios	5.3	5.2
Prestações sociais	18.3	18.3
Juros	3.5	3.3
Outra despesa + subsídios	2.9	2.8
Despesa de capital	3.1	3.0
Despesa total	43.9	43.5

	% PIB			TVH	Contributo Variação TVH
	2018	2019	Variação M€		
Receita corrente	85,887.0	89,399.0	3,512.0	4.1	4.0
Receita fiscal	51,066.0	52,553.0	1,487.0	2.9	1.7
Impostos s/ produção e importação	30,460.0	31,782.0	1,322.0	4.3	1.5
Impostos s/ rendimento e património	20,606.0	20,771.0	165.0	0.8	0.2
Contribuições sociais	23,747.0	24,722.0	975.0	4.1	1.1
Outra receita corrente	11,074.0	12,124.0	1,050.0	9.5	1.2
Receita de capital	1,290.0	1,321.0	31.0	2.4	0.0
Receita total	87,177.0	90,720.0	3,543.0	4.1	4.1
Despesa Corrente	82,411.0	84,773.0	2,362.0	2.9	2.7
Consumo intermédio	10,800.0	10,980.0	180.0	1.7	0.2
Despesas com pessoal	21,856.0	22,545.0	689.0	3.2	0.8
Juros (PDE*)	6,968.0	6,867.0	-101.0	-1.4	-0.1
Prestações sociais	36,992.0	38,398.0	1,406.0	3.8	1.6
Outra despesa corrente	5,795.0	5,983.0	188.0	3.2	0.2
Despesas de capital	6,222.0	6,331.0	109.0	1.8	0.1
Despesa Primária	81,665.0	84,237.0	2,572.0	3.1	2.9
Despesa Corrente Primária	75,443.0	77,906.0	2,463.0	3.3	2.8
Despesa total	88,633.0	91,104.0	2,471.0	2.8	2.8
Saldo primário	8,424.0	7,251.0	-1,173.0	n.a	n.a
Saldo global	1,456.0	384.0	-1,072.0	n.a	n.a

Em termos
nominais:

Despesa Total
aumenta 2.5 bis

Despesa Primária
aumenta 2.6 bis

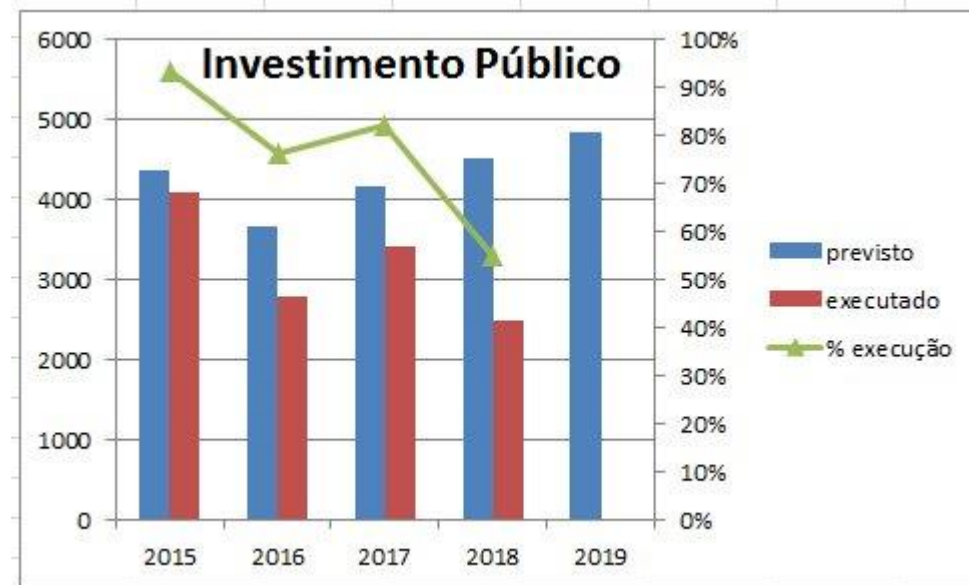
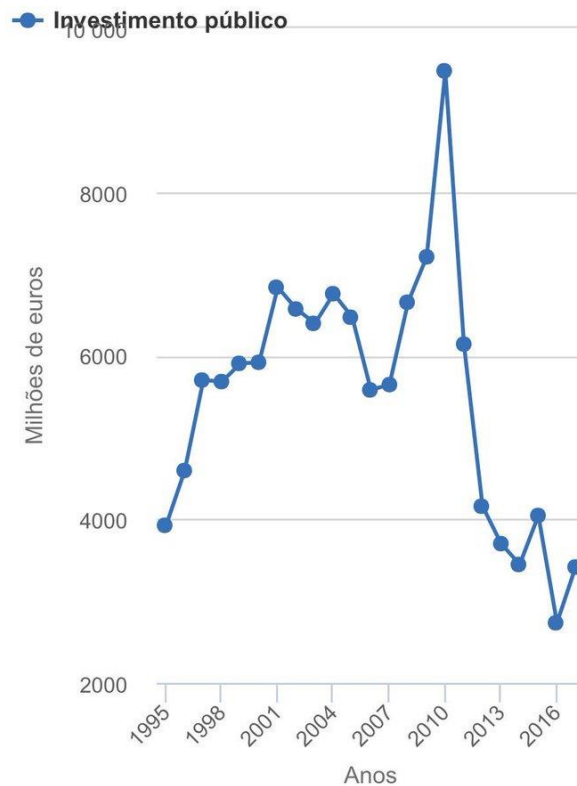
São mais 700 M€
para Pessoal

Mais 1.4 bis para
Prestações sociais

Mais 2.4 bis de
Receita fiscal e
Contributiva

Investimento público a níveis historicamente baixos

Evolução do investimento público desde 1995 em contabilidade nacional



Entre 2010 e 2015:

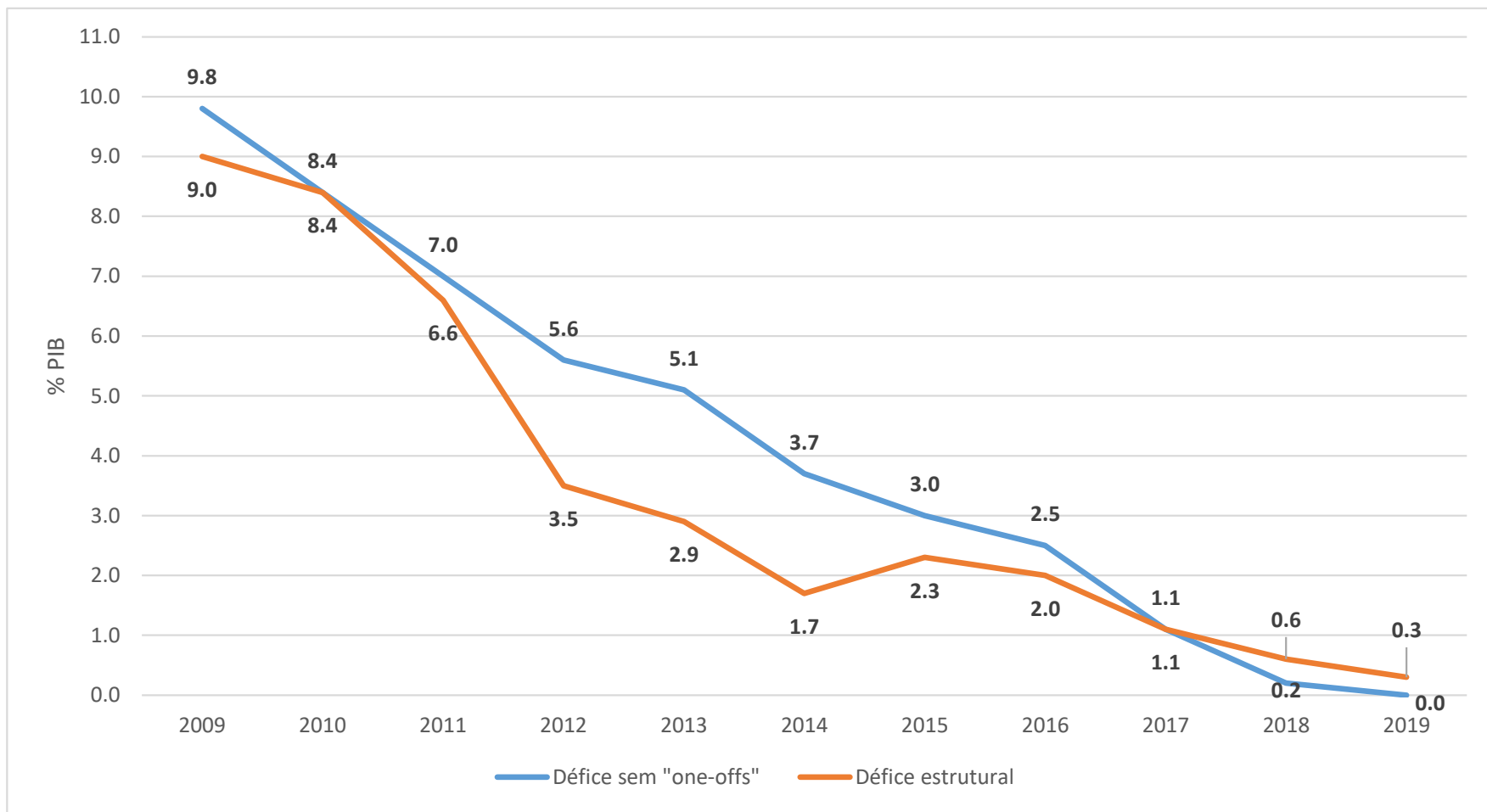
Défice sem “one-offs” caiu 6 p.p. (com aumento de juros 2 p.p.)

Défice estrutural caiu 6 p.p.

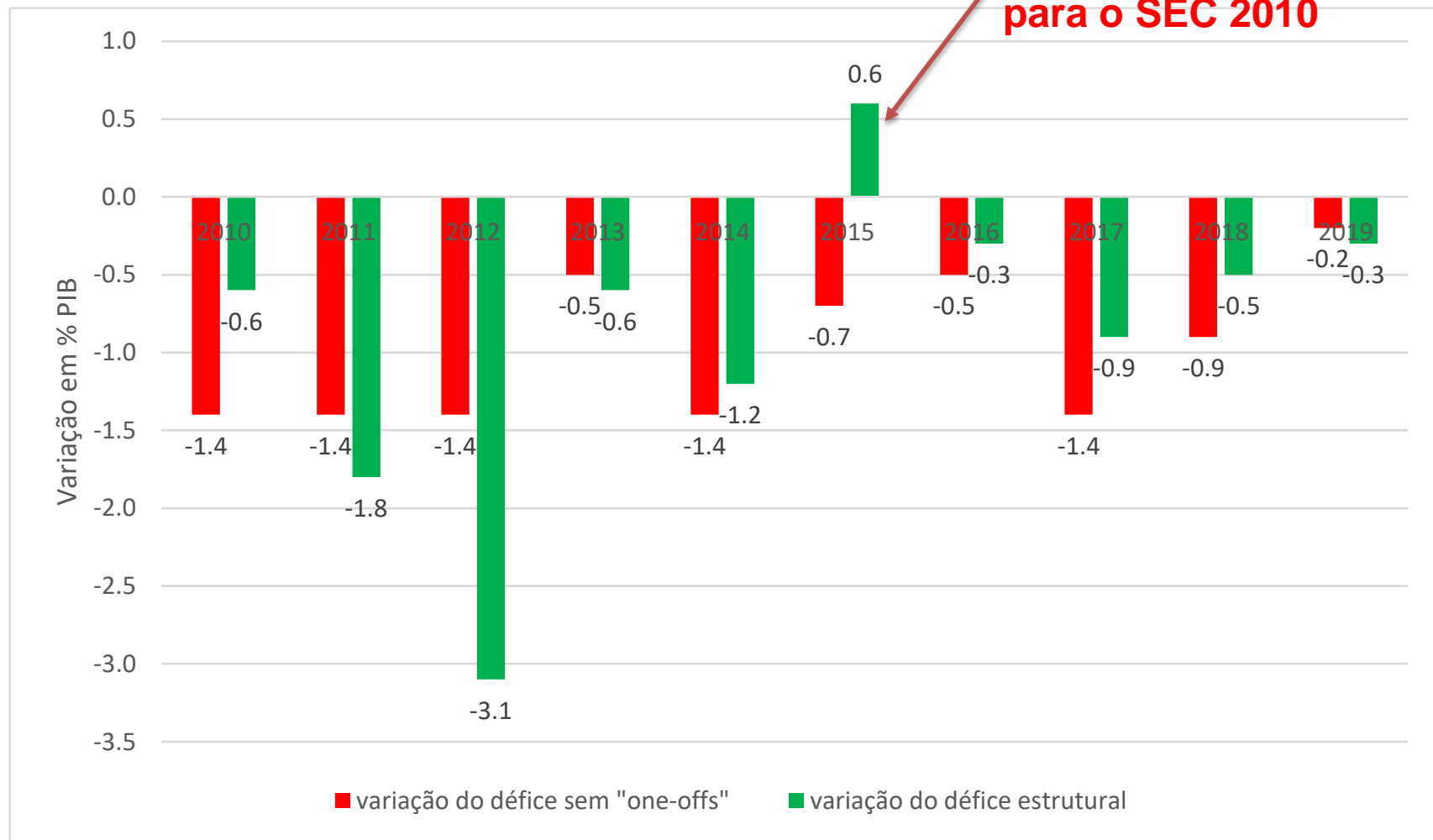
Entre 2016 e 2019:

Défice sem “one-offs” caiu 3 p.p. (com redução de juros e aumento dividendos de 1.5 p.p.)

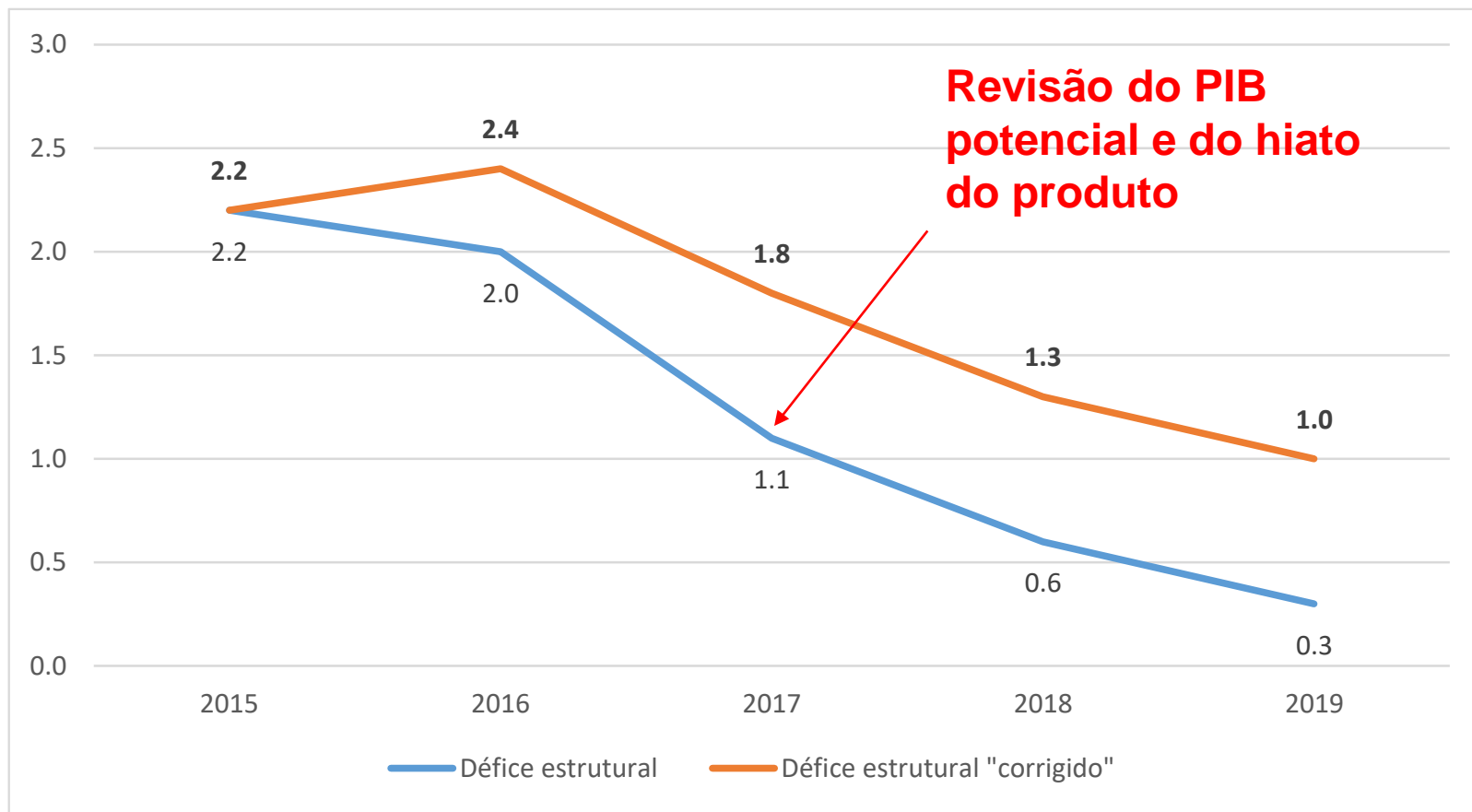
Défice estrutural caiu 2 p.p. (mas sem efeito anterior caiu 0.5 p.p.)



**Alteração SEC 95
para o SEC 2010**



Sem efeito da redução da despesa com juros e do aumento dividendos, déficit estrutural estaria acima de 1%



Consolidação estrutural:

- ❑ Muito reduzida desde 2015
- ❑ Necessário cumprir OMP de +0.25% de saldo estrutural (pode passar para -0.5% se a dívida pública se reduzir de forma significativa)
- ❑ Crescimento económico e fatores pontuais não alteram o défice estrutural
- ❑ Faltam pelo menos 1 p.p. de consolidação estrutural (cerca de 2 bis de aumento de receita e/ou corte de despesa)

Consolidação estrutural:

- ❑ Em medidas conjunturais (redução de juros e dividendos do BdP temos mais dois mil M€ - 2 bis – de “margem” orçamental, que não foi aproveitada
- ❑ Défice estrutural devia já estar em torno de zero em 2019
- ❑ E dessa forma, com este crescimento, défice nominal deveria estar próximo de zero em 2017 e superavit nominal em 2018 e em 2019
- ❑ **Uma oportunidade perdida!**

Porque precisamos de consolidação orçamental estrutural?

- ❑ Necessário tornar as Finanças Pública relativamente “imunes” a choques assimétricos externos.
- ❑ Necessário baixar a dívida pública para um valor abaixo dos 100% ASAP e para menos de 90% até ao fim da próxima década
- ❑ Com uma recessão (3 anos de recessão, quebra do PIB em 5% reais), quais os efeitos nas Finanças Públicas?

Cenário 1 (em políticas invariantes)
Défice estrutural em 2.5% e Dívida Pública em 120% do PIB

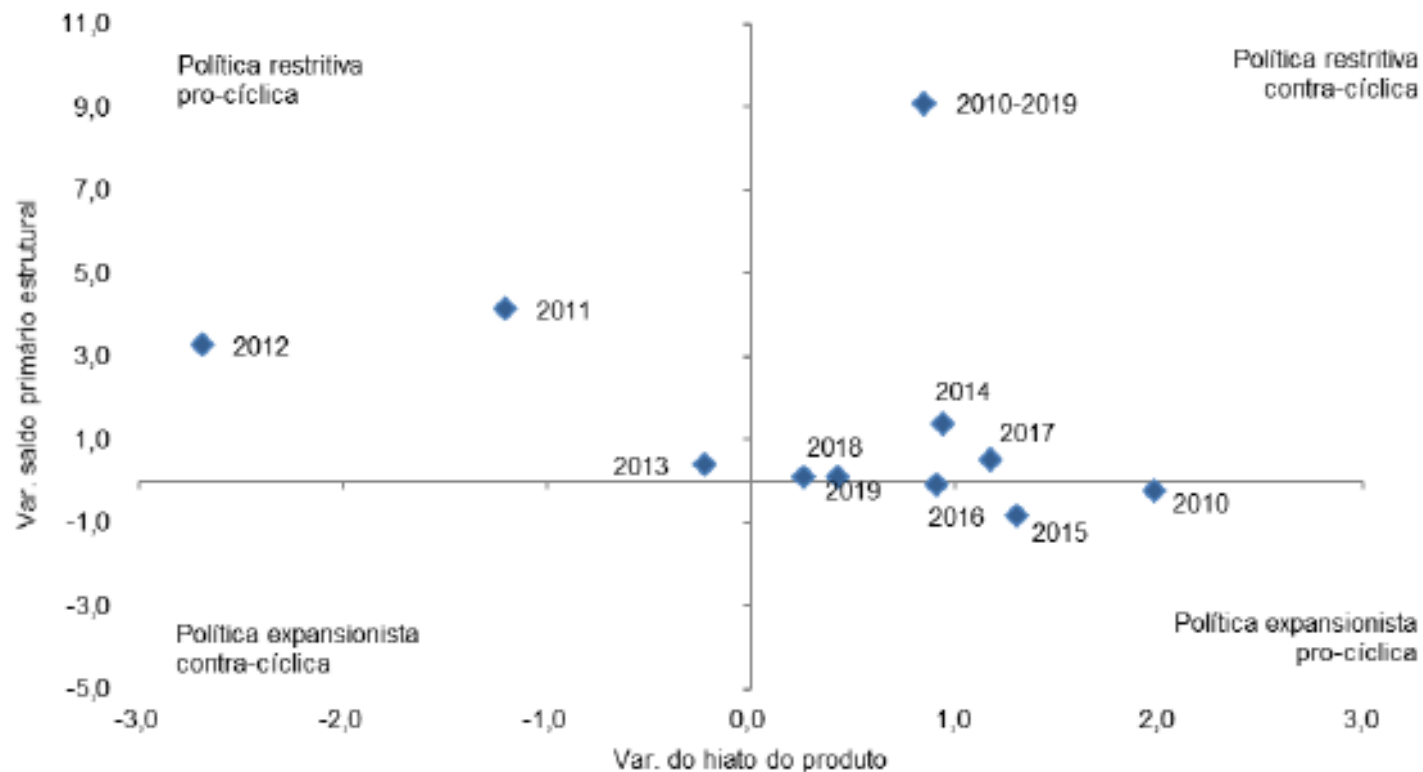
	PIB real	Deflador	PIB	Defice	Divida Publ
Base			100.0	-2.5	120
Ano 1	0%	1%	101.0	-3.0	122
Ano 2	-3%	1%	99.0	-4.2	127
Ano 3	-2%	1%	98.0	-5.6	136

Cenário 2 (em políticas invariantes)
Défice estrutural em 0.5% e Dívida Pública em 90% do PIB

	PIB real	Deflador	PIB	Defice nominal	Divida Publ
Base			100.0	-0.5	90
Ano 1	0%	1%	101.0	-0.5	90
Ano 2	-3%	1%	99.0	-1.7	92
Ano 3	-2%	1%	98.0	-3.0	97

Um “fino equilíbrio” de poder entre Bruxelas e a Geringonça

Gráfico III.5.1. Política orçamental e posição cíclica de 2010 a 2019
(pontos percentuais do PIB)



Um “fino equilíbrio” de poder entre Bruxelas e a Geringonça

Política orçamental na fronteira entre restritiva contra cíclica e expansionista pró cíclica

Contra cíclica porque em período de expansão económica reduz gastos com investimento e bens e serviços

Pró cíclica, porque aumenta o consumo público (salários) e pensões.

Síntese:

- ❑ Redução do défice é sobretudo conjuntural.
- ❑ OE/2019 lembra OE/2009 e sobretudo a oportunidade perdida da 2ª metade da década de 90.
- ❑ Governo PS faz um conjunto de redistribuições eleitorais, sem qualquer rumo, sem capacidade reformista, e sem que se vejam prioridades e estratégia para criação sustentável de riqueza para o País

Síntese:

Este déficit quase zero do ponto de vista nominal é uma ilusão. Uma ilusão por três razões principais:

Primeiro é que a economia Portuguesa continua muito pouco competitiva e muito exposta e pouco resistente face a choques assimétricos externos;

Segundo, dado que a consolidação orçamental é sobretudo conjuntural e não estrutural um excedente nominal em 2019 é manifestamente pouco;

Terceiro, porque o nível elevado da dívida pública (e externa), bem como a pressão demográfica sobre as contas públicas (em particular saúde e segurança social).

Síntese:

Se nesta conjuntura muito favorável apenas se consegue equilíbrio nominal e não estrutural, e para isso é preciso degradar os serviços públicos e colocar o investimento público em mínimos históricos, como vai ser quando a economia arrefecer e os efeitos sobre os juros e o Banco de Portugal desaparecerem?

Permitam-me uma analogia do que têm sido este 4 anos de “geringonça”:

Imaginem uma empresa que passou por um crise terrível (2008-2014), muito pouco competitiva, com “prejuízos” todos os anos e altamente endividada. Após esse período, essa empresa apanha um período de algum crescimento económico e dividendos de uma participada que lhe permite subir a receita. Simultaneamente vê os seus custos de financiamento reduzir-se por via de uma descida das taxas de juro nos mercados. E o que faz essa empresa? Aproveita essa bonança e folga financeira e reestrutura-se, de forma a ser mais competitiva e simultaneamente reduzir o seu endividamento? Não, pelo contrário, usa essa margem e aumenta os seus custos operacionais fixos!

Muito Obrigado!